

# Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina

## The Tri-border Area: exchange flows between the Western region of Paraná with Paraguay and Argentina

*Edson Belo Clemente de Souza*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a tríplice fronteira, especialmente na região Oeste paranaense, região que envolve áreas contíguas do Brasil, do Paraguai e da Argentina. A região Oeste paranaense se destaca no plano dessas relações internacionais, a exemplo através de relações econômicas, culturais e geopolíticas com o Mercosul, e pela mobilidade populacional constante entre Paraguai, Argentina e Brasil, que influenciam as identidades socioculturais no cotidiano da fronteira. A localização dos municípios que compõem essa região pressupõe uma lógica de relações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais, articulados por um sistema de objetos e de ações. O estudo dessa região revela alguns eixos transversais que constituem a região de fronteira através de singularidades e diversidades.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira. Região Oeste do Paraná. Conflitos socioeconômicos. Fluxos.

**Abstract:** This article aims at analyzing the tri-border area that links the Western Paraná region with contiguous areas of Brazil, Paraguay and Argentina. The Western region of Paraná stands out through its international connections, for example, its economic, cultural and geopolitical relations within Mercosul and a constant flow of population between Paraguay, Argentina and Brazil. This situation has strong repercussions on daily life and the socio-cultural identities in the border region. The location of those municipalities which encompass the border region results in some transversal logics of natural, economic, political, social and cultural relations that are articulated through a system of objects and actions. The study of the border region reveals some cross-cutting axes that constitute specific singularities and diversity.

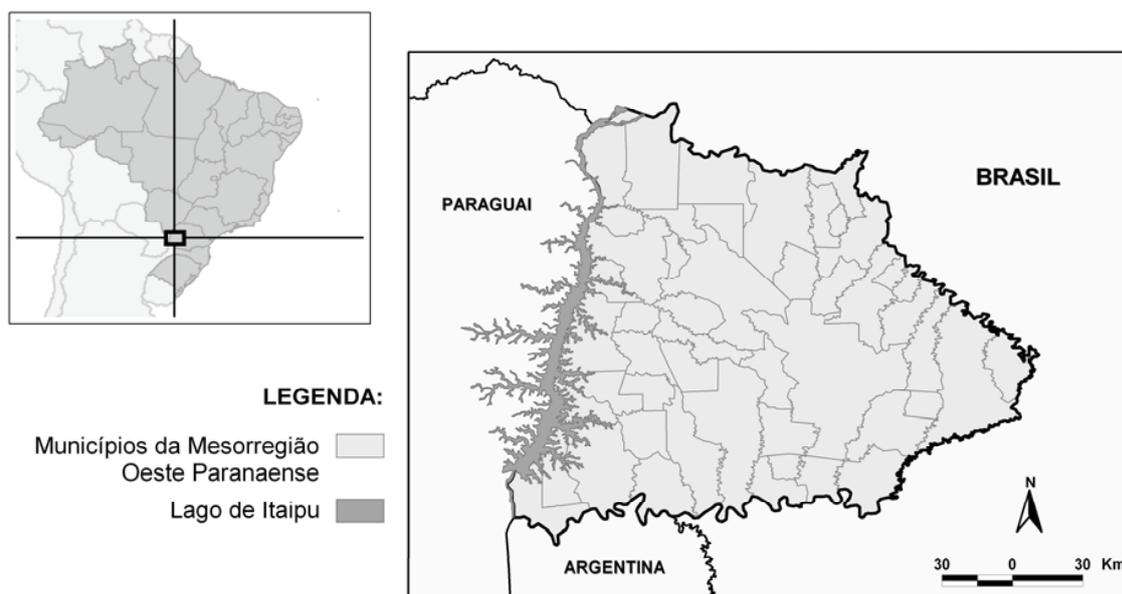
Keywords: Tri-border area. Western Paraná. Socio-economic conflicts. Exchange flows.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a tríplice fronteira, especialmente na região Oeste paranaense, região que envolve áreas contíguas do Brasil, do Paraguai e da Argentina, ver Figura 1, demonstrando algumas possibilidades de se compreender e interpretar a dinâmica da fronteira e (re) significá-la no conjunto de suas singularidades e diversidades.

Outros autores citados, de diversas matrizes epistemológicas, contribuíram também com suas pesquisas empíricas.

Além dessas fontes, alguns resultados são apontados por Souza (2002 e 2005), especialmente referentes à região limdeira ao Lago de Itaipu - inserida no Oeste paranaense - que, por diversas vezes, já se reconfigurou territorialmente, influenciando no movimento da fronteira. Notícias da imprensa regional também contribuíram para



Fonte: IBGE (2001; 2003). Elaboração: REOLON, Cleverson A.

Figura 1 - Localização da Tríplice Fronteira

Para a realização deste trabalho foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES e da Itaipu Binacional. Considerando a fronteira um território<sup>1</sup> especial, o referencial teórico buscou os conceitos de fronteira e sua relação com a territorialidade ou somente, de forma sucinta, o significado de território e de territorialidade na perspectiva geográfica.

informar os vários acontecimentos que marcaram os conflitos e as manifestações da realidade dessa região transfronteiriça. No conjunto, todas essas fontes procuraram elucidar a dinâmica da região Oeste paranaense com a fronteira do Paraguai e Argentina.

A região de fronteira brasileira foi estabelecida com o nome de Faixa de Fronteira em 1974, delimitada a 150 km a partir do limite internacional, respeitando o recorte municipal. A criação desse território foi feita sob a óptica da segurança nacional, sendo até hoje um espaço carente de políticas públicas consistentes que promovam

<sup>1</sup> Conforme Saquet (2007), o território e o espaço são ligados e indissociáveis. Neste contexto, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder exercidas por determinados grupos ou classes sociais. Souza (1995) reafirma que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

o desenvolvimento econômico (MACHADO, 2005).

A região em estudo se destaca no plano de relações internacionais. A exemplo das relações econômicas, culturais e geopolíticas com o Mercosul; a mobilidade populacional constante para o Paraguai e para a Argentina e vice-versa, influencia, no cotidiano da fronteira, outras identidades socioculturais. São territorialidades<sup>2</sup> expressas nos costumes, nos ritmos, nos ritos e nos valores desses povos. Logo, é pertinente pensar a fronteira também como forma diferenciada de organização territorial daquela da lógica capitalista, pois a fronteira constitui um recorte analítico e espacial de diversas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais.

A fronteira se constitui também em um recorte analítico das diversas realidades sociais. Enquanto categoria de análise espacial, envolve a problemática da volatilidade do capital e das relações de produção pelo território. Além disso, a fronteira é palco para conflitos transculturais e identitários.

Em função do modo de produção e das representações simbólicas, ideológicas e culturais, esses elementos se transformam e se condicionam mutuamente, sempre de maneira singular. Todavia, singularidade não significa ausência de diferenciações internas e de conflitantes. Logo, é possível e prudente pensar a fronteira como forma diferenciada de organização territorial no bojo da ordem territorial capitalista.

A questão das relações bilaterais e multilaterais com os países vizinhos – isto é, os temas transfronteiriços – também faz parte da pauta de uma política de ordenamento territorial no âmbito nacional, pois possui

importantes repercussões nos fluxos e mesmo em regiões às vezes distantes das fronteiras. Nesse sentido, uma macrovisão do território brasileiro deve visualizar também a unidade maior do subcontinente sul-americano (MORAES, 2005, p. 46 apud RÜCKERT, 2007).

Para Corrêa (2004), a existência da fronteira internacional está associada às diferenças ente os dois lados. Descrevendo tipologias de posição geográfica de cidades, o autor comenta as características de cidades de fronteiras:

Diferenças de padrão monetário, regime político, etnias, língua e religião levam a que, em certos pontos da fronteira, estabeleçam-se postos de controle daquilo que atravessa de um lado para o outro. Nesses postos estabelece-se um conjunto de atividades em torno das quais se desenvolve uma cidade. Ela pode agregar outras funções, mas a de posto fronteiriço tende a ser muito importante. Sua área de influência tende a ser ampla, incluindo pelo menos dois países. E de modo corrente, há uma outra cidade do outro lado da fronteira que, de certo modo, cumpre papel semelhante. Exemplos: Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai); [...]. (CORRÊA, 2004, p. 319).

É, porém, na lógica capitalista que se nega a fronteira, conforme Gonçalves (2004), que afirma que o capital quer fluir pelo mundo sem fronteiras. Segundo Smith (1988), o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual sua coerência, pois aprimorou sua capacidade de ser transescalar, em seu próprio benefício, isto é, o do ganho rápido e sem constrangimentos escalares. Conforme Vitte (2007), as escalas são produzidas e não dadas ontologicamente a priori, pois são conteúdos e relações fluidas, contestadas e perpetuamente transgredidas.

Apesar de fluidas e interpostas entre si, Claudete Vitte acrescenta que toda escala é

<sup>2</sup> De acordo com Guiseppe Dematteis (apud SAQUET, 2007), a territorialidade não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas o processo de construção de tais comportamentos, o conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com outros sujeitos (a alteridade).

central e decisiva, material e politicamente, para estruturar os processos dialéticos da acumulação.

De acordo com Porto Gonçalves, a fronteira deriva de *front*, expressão militar que designa aquele espaço onde a guerra está sendo travada exatamente pelo controle do espaço. Definida a vitória pelo controle do espaço, o *front* transforma-se em fronteira e o espaço, em território. A fronteira substantiva tende a esconder o *front* que a fez.

Não obstante, a etimologia da palavra fronteira, não há território sem sujeitos que o instituem, portanto todo o território se faz por meio dos sujeitos sociais que o fazem. É preciso identificar as territorialidades que subjazem aos territórios.

Martins (1997, p. 150) nos ajuda a compreender a fronteira dizendo que ela é:

[...] essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular. À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como o índio de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Para José de Souza Martins, a fronteira é uma linha de separação, seja concreta ou abstrata, que necessariamente não é rígida, como bem observa Haesbaert (1997). Para este autor, há duas “lógicas espaciais” de fronteira. Uma é a “lógica territorial tradicional” e a outra é a “lógica reticular”. Ambas são distintas, porém articuladas.

A “lógica territorial tradicional” é o modelo de ordenamento territorial por excelência dos Estados nacionais modernos, expressa por áreas onde as relações sociais estão delimitadas e reguladas de forma a serem estabelecidos recortes espaciais contínuos e contíguos que servem

como quadro de referência para a ação dos agentes sociais. A identidade territorial tende a legitimar ou a ser legitimada pelas fronteiras político-territoriais.

A outra lógica, a “lógica espacial”, é o padrão reticular de organização do território que envolve outras relações. A lógica da vida dos povos em áreas transfronteiriças questiona aqueles pressupostos, conforme observa Souza (2002), no vai e vem de brasileiros e de paraguaios na fronteira de Foz do Iguaçu com a Ciudad del Leste e de brasileiros e argentinos na fronteira de Foz do Iguaçu com Puerto Iguaçu. Como também no entrelaçamento de brasileiros, argentinos e paraguaios vistos, especialmente, em território brasileiro. Esta realidade é uma demonstração do cotidiano da fronteira, com aspectos contraditórios, complexos e de complementaridade, seja pelos fluxos de serviços, de informações e de mercadorias ou pelas relações das culturas que os unem e os desunem.

As comunidades de fronteira, especialmente o estudo de caso de brasileiros, argentinos e paraguaios, sejam migrantes ou não, vivenciam a ambigüidade dessas duas lógicas territoriais: ao mesmo tempo em que se deparam com o controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais, convivem com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e até mesmo políticas, de caráter transfronteiriço.

São espaços nos quais o local e o internacional se articulam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constroem, reelaboram e constituem uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não “respeitam” as barreiras existentes, já que há ação e interação dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmi-

cas fronteiriças informais.

As várias formas de se pensar a fronteira, apresentada até aqui, procuraram elucidar, parcialmente, a realidade empírica da tríplice fronteira do Paraguai, Argentina e Brasil. Mais especificamente serão apresentadas as seguintes problemáticas: narcotráfico e segurança; a questão agrária e os brasiguaios; a Itaipu Binacional e; as aglomerações urbanas, a região Oeste do Paraná e o Mercosul.

## NARCOTRÁFICO E SEGURANÇA

A ação do Estado na fronteira é vista especialmente na fiscalização, no vigiar e no punir, se necessário, e “[...] representa a possibilidade de afirmar a posição do país no cenário mundial, simultaneamente à afirmação de seu poder” (BECKER, 1988, p. 9), mas não alcança as estratégias dessas comunidades em criar condições de sobrevivência.

Ocorre que o Estado também pode estar ausente, ser omissivo ou conivente. Um aspecto que reflete esta situação é o narcotráfico na fronteira do Brasil com o Paraguai. Com dinheiro e poder, narcotraficantes passaram a recrutar camponeses paraguaios para engrossar o cultivo de maconha. A droga, que tem como principal destino o mercado brasileiro, está sendo plantada cada vez mais perto da fronteira entre os dois países. A Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (Senad) identificou plantio de maconha em um assentamento situado a apenas 120 quilômetros de Foz do Iguaçu, na localidade de Itakyry, e outro próximo a uma área de sem-terra no departamento (divisão administrativa) de San Pedro, região Norte.

Na visão do líder dos sem-terra, o cultivo de maconha no Paraguai é um problema complexo porque envolve não apenas os narcotraficantes, mas também grupos financiadores, autoridades e políticos. “Os

intermediários nunca caem porque há autoridades envolvidas. É difícil combater o problema porque está enraizado na estrutura do poder”. (CAMPONESES, 2009).

A polícia sabe que alguns pequenos agricultores estão envolvidos com o narcotráfico. É comum encontrar donos de propriedades com até 20 hectares plantando maconha. A maior parte não recebe assistência do governo e passa necessidade, apesar de possuir terra. O próprio secretário geral da Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Camponesas do Paraguai, Luis Aguayo, reconhece a participação dos pequenos produtores no plantio da maconha, mas afirma que é minoria e que o movimento camponês não tem participação nisso.

O bispo de San Pedro, Adalberto Martinez Flores, diz que os camponeses plantam maconha como opção para superar a pobreza. Sucessor do presidente Fernando Lugo, que respondia pela diocese antes de ser eleito, Flores atua em uma das regiões mais carentes do Paraguai. Na opinião dele, é preciso oferecer assistência aos sem-terra assentados porque eles sofrem com a falta de recursos – de água a escolas, passando por centros de saúde. “Esse abandono do Estado em certas zonas do país faz com que se proliferem os cultivos ilegais”, diz.

Na seara da ilegalidade, o Tenente-Coronel Philip K. Abbott, do Exército do EUA, referindo-se à tríplice fronteira, afirmou que:

[...] é uma área ideal para o surgimento de grupos terroristas. Pode-se dizer que a lei nessa área não é muito fiscalizada e as atividades ilícitas são abundantes, gerando bilhões de dólares anualmente com lavagem de dinheiro, venda de armas e tráfico de drogas, falsificação de dinheiro e documentos e pirataria. Oferece ainda aos terroristas um financiamento em potencial, acesso ilegal a armas e tecnologias avançadas.

das; podem entrar e sair e também se esconder sem muitos problemas, contando ainda com uma população compassiva de onde recrutam novos membros e disseminam mensagens globais. Embora essa área não seja atualmente o centro de gravidade para a guerra total contra o terrorismo, ela tem um lugar importante na estratégia contra o mesmo. (A AMEAÇA, 2009, p. 17).

O Brasil possui um centro de inteligência para combater o terrorismo. O Centro Regional de Inteligência da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, criado em 2002, cuja sede é em Foz do Iguaçu. "O órgão que concentra informações da inteligência dos três países é considerado fundamental na prevenção a crimes internacionais como contrabando, tráfico de armas e drogas e pirataria". (EUA, 2009). A estrutura é resultado de um compromisso assumido pelos três países em negociações com os EUA no âmbito do chamado Grupo 3+1.

Porém, não é suficiente para coibir as atividades ilícitas na região, considerando o uso do lago pelos narcotraficantes, que requer domínio geográfico da extensão de 1.350 km<sup>2</sup>. Conforme demonstra Dorfman (2009): "O comércio internacional ilegal demanda conhecimento da geografia aplicada da fronteira e dos agentes que o animam"<sup>3</sup>.

De acordo com a sociedade civil organizada da região lindeira ao Lago de Itaipu, margem paranaense, que clama por mais segurança, a mobilização por uma mudança se faz necessária, conforme o 1º Fórum sobre Segurança Pública ocorrido dia 26 de março de 2009 em Marechal Cândido Rondon-PR, que elaborou a "Carta de Marechal Cândido Rondon - Segurança Pública - Direito e Responsabilidade de Todos" relacionando as demandas regionais na tríplice fronteira para a melhoria de

segurança. (FÓRUM, 2009, p. 2009).

Karla Muller, ao analisar a fronteira do Brasil com o Uruguai, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia, mostra as peculiaridades existentes:

Ao trilhar as ruas, praças, rios e pontes nas fronteiras em questão, passamos a experimentar distintos processos de interação e perceber práticas culturais e intercâmbios estabelecidos pelos moradores locais. As trocas entre lá e cá, as articulações entre o eu e o eles, as influências de ambos os lados e a consciência de um nós ultrapassam barreiras, cruzam limites, por vezes de modo silencioso e outras de forma gritante, dando concretude ao fenômeno fronteira, tornando-a "viva", porosa, diluída, borrada e extremamente dinâmica a partir da ação do homem. (MÜLLER, 2005, p. 3).

## A QUESTÃO AGRÁRIA E OS BRASIGUAIOS

A questão agrária é outro tema muito presente para nossas fronteiras, refletindo em movimentos migratórios. De acordo com Sales (1996), os fluxos migratórios da fronteira entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai têm muito a ver com o processo de valorização de terras. As recentes migrações de fronteira do Brasil (década de 1970-80) em direção a esses países, causadas por questões agrárias, seriam de duas naturezas distintas, porém inter-relacionadas. Uma delas é a migração de proprietários rurais ou empresários agrícolas (que tanto podem ser grandes proprietários como pequenos produtores familiares) em busca de terras mais baratas para produzir ou especular. A outra é a migração de trabalhadores rurais ou de pequenos produtores que foram desapropriados pelo processo de modernização e tecnicização da agricultura, migração então movida pela busca de condições de subsistência.

<sup>3</sup> Pesquisa realizada por Adriana Dorfman nas cidades de Santana de Livramento (BR) e Rivera (UY), identificou estratégias do comércio ilegal transfronteiriço.

Aliada ao processo de modernização, a migração também se intensificou com a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional (iniciada em 1974) – Brasil e Paraguai – pois foram muitos os agricultores que tiveram suas propriedades invadidas pelo espelho d’água da barragem e que receberam indenizações insuficientes para a compra de novas terras no Brasil. Esses produtores migrantes, a maioria paranaenses do Oeste do Estado, optaram por deslocar-se ao vizinho Paraguai, onde as terras eram oito vezes mais baratas. Além disso, no ano de 1967, o governo paraguaio aboliu uma lei que proibia a compra por estrangeiros de terras na faixa de 150 km de suas fronteiras (SOUZA, 2005).

Instalados no Paraguai, esses brasileiros, logo chamados de brasiguaios, são responsáveis, atualmente, por cerca de 80% da produção de grãos – em especial a soja e o milho. As estimativas oficiais indicam que cerca de 3,5 mil famílias de brasileiros vivem nos Estados de Alto Paraná, Canindejú e San Pedro, as regiões de conflito entre os camponeses e os fazendeiros.

Monocultura intensiva e agricultura de subsistência, produção agrícola de exportação e contrabando, desenvolvimento urbano e lavagem de dinheiro, colonização de território estrangeiro e segregação espacial – essa é a combinação de características contrastantes e, aparentemente, contraditórias, mas constitui a tônica da imigração brasileira no leste do Paraguai.

Concentrado numa região historicamente cobiçada e hoje de importância estratégica no contexto do Mercosul, o fluxo brasileiro assumiu, nas últimas três décadas, grandes proporções, a ponto de constituir um verdadeiro “espaço brasiguai”, cujas dimensões exatas, no entanto, não são totalmente conhecidas, já que boa parte da colonização se desenvolveu nos limites da ilegalidade, ainda que com a convivência do poder público.

A região da fronteira é hoje o principal ponto de discussão sobre o lugar do Paraguai no Mercosul. O contexto atual político do continente sul-americano é promissor para o desenvolvimento do Paraguai. Depois de diversos governos autoritários e corruptos, o Paraguai vislumbra uma nova democracia, calcada num governo de histórica base social.

No dia 15 de agosto de 2008, Fernando Lugo assume a Presidência do Paraguai depois de mais de 60 anos de hegemonia do Partido Colorado no poder. Logo após ser eleito, o ex-bispo socialista garantiu que promoveria mudanças drásticas nas relações com os países vizinhos, principalmente nas questões referentes à reforma agrária e à renegociação dos controles de energia elétrica, o que vem tirando o sono de milhares de brasileiros que vivem no país (VITAL, 2009).

### A ITAIPU BINACIONAL

A construção da hidrelétrica de Itaipu expressou um cenário político novo no Brasil, suscitando várias formas de análise, com perspectivas e diferentes interpretações, mostrando contradições e conflitos. Enquanto uma parcela da população, representando alguns segmentos artísticos, políticos e de outros profissionais, tratava a obra como uma referência tecnológica do mundo contemporâneo, outras parcelas da população compreendiam que os impactos ambientais e deslocamentos da população eram problemas – problemas que geraram, em defesa das populações deslocadas, manifestações em vários setores da sociedade (SOUZA, 2008).

Esse entendimento é compartilhado por Almeida (2005, p. 2008), que, para a construção das hidrelétricas, se expressa assim:

[...] as periferias são, por excelência, diretamente investidas por um movimento

de conquistas e tornam-se fronteiras de recursos nas quais os bens estratégicos, como a água, devem ser apropriados e explorados. Regiões inteiras, extensas bacias, ricas várzeas são cobiçadas para a produção de energia.

Os impactos deflagrados a partir de meados da década de 1970, reconstruíram um novo modo de assimilar o uso e a ocupação do solo, tanto para o meio rural, que mais perdeu terras com a inundação do lago, como para o meio urbano (conforme Tabela 1).

Conforme dados fornecidos pela Itaipu, a mesma comprometeu, para sua construção, cerca de 101.093 ha do território paranaense. As águas do reservatório inundaram tanto áreas rurais como urbanas, habitadas por cerca de 42.444 pessoas, sendo 38.445 no meio rural e 3.999 no meio urbano. Ao todo foram desapropriados 8.519 estabelecimentos, com tamanho médio de 15 ha. "As usinas hidrelétricas construídas até hoje resultaram em 34.000 km<sup>2</sup> de terras inundadas para a formação dos reservatórios, e na expulsão - ou, 'deslocamento compulsório' - de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas" (BERMANN, 2002, p. 43).

Tabela 1 - Número de propriedades e áreas invadidas pelo Lago de Itaipu

	N.º propriedades	Áreas (ha) invadidas
<b>Rurais</b>	6.913	100.607,73
<b>Urbanas</b>	1.606	484,78
<b>Totais</b>	8.519	101.092,52

Fonte: Itaipu Binacional. Elaborado por SOUZA, 2002

O rearranjo espacial, em várias áreas atingidas pelo reservatório, é uma consequência das alterações em terras rurais e urbanas para permitir que o lago se formasse. No caso de Itaipu, após o alagamento, alguns municípios começaram o processo de desmembramento territorial, formando com isso novos municípios, que configuram a atual região lindeira (conforme Tabela 2 e 3).

Tabela 2 - População dos municípios atingidos e população total da área em conflito -1975

Municípios	População total <sup>1</sup>	População total da área comprometida <sup>2</sup>	%
Guairá	47 482	3 659	7,71
Terra Roxa	55 268	146	0,26
M. C. Rondon	63 458	10 600	16,70
Santa Helena	38 831	12 181	31,37
Matelândia	35 473	70	0,20
Medianeira	45 216	1 540	3,41
S. M. do Iguaçú	36 436	8 639	23,71
Foz do Iguaçú	49 538	5 609	11,32
<b>Total</b>	<b>371 702</b>	<b>42 444</b>	<b>11,42</b>

Fonte: Estudo sub-regional oeste do Paraná - convênio SUDESUL/UFPR. Elaborado por SOUZA, 2002.

<sup>4</sup> IBGE - Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CBED), 1975.

<sup>5</sup> A população total é a soma das populações rural e urbana, obtida da seguinte forma: população rural calculada a partir da população rural ocupada da listagem dos setores censitários (IBGE-1975), tomando-se como homogênea a densidade de ocupação rural por km<sup>2</sup> nos setores selecionados e considerando-se a proporção população rural ocupada/população rural do município, obtém-se a população rural da área comprometida; a população urbana foi obtida aplicando-se sobre a população do censo demográfico (IBGE - 1970) a taxa geométrica de crescimento, para o período 1970-75, da estimativa de população urbana - hipótese média da Copel.

Tabela 3 – Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu e respectivas populações e área alagada

Município	Nº hab. <sup>6</sup> (Ibge/2007)	Área alagada Km <sup>2</sup>
Foz do Iguaçu	311.336	201.84
Santa Terezinha de Itaipu	19.552	41.90
São Miguel do Iguaçu	25.341	90.91
Itaipulândia	8.581	179.73
Medianeira	38.397	1.16
Missal	10.412	40.07
Santa Helena	22.794	263.76
Diamante D'Oeste	4.944	5.62
São José das Palmeiras	3.873	1.94
Mal. Cândido Rondon	44.562	56.04
Mercedes	4.713	19.32
Pato Bragado	4.631	47.07
Entre Rios do Oeste	3.842	32.90
Terra Roxa	16.208	1.58
Guairá	28.683	51.01
<b>TOTAL</b>	<b>547.869</b>	<b>1034.85</b>

Fonte: IBGE. Elaborado SOUZA, Edson B. C. de

Conforme demonstram as Tabelas acima, o impacto da construção da hidrelétrica de Itaipu na região foi muito grande. Não apenas nos aspectos ambientais e sociais, mas também espaciais, constituindo uma nova feição regional pelo desmembramento e pela formação de novos municípios. Esse quadro de mudanças cria um novo território na região de fronteira com o Paraguai e a Argentina, especialmente na relação demográfica, e que refletirá em novas configurações

sociais, econômicas, culturais, políticas e urbanas.

Os novos arranjos sociais e ambientais provocados pela tecnologia da Itaipu, principalmente nessa região, elucidam a complexa relação entre o ambiente, a tecnologia e a sociedade. (SOUZA, 2002).

### AGLOMERAÇÕES URBANAS, A REGIÃO OESTE E O MERCOSUL

Os principais municípios da fronteira em termos de fluxos econômicos é que vão absorver grande parte dos impactos, especialmente nas suas áreas urbanas. A Tabela 4 apresenta os municípios com maior população urbana na região da tríplice fronteira.

Os dados da tabela acima nos mostram a complexidade urbana de cidades de porte médio e pequeno em região de fronteira, pois o fluxo de pessoas e de automóveis, os serviços médicos e de saúde, o sistema educacional, o mercado de trabalho, o comércio e o turismo se mesclam e criam demandas para o conjunto de todos os municípios, saturando a capacidade dos mesmos municípios.

Nas proximidades da tríplice fronteira internacional (Brasil – Argentina – Paraguai), Cleverson Reolon analisa a formação de aglomeração urbana na mesorregião Oeste paranaense, especialmente nos

Tabela 4 – População urbana

	2000	1991	1980	1970
Foz do Iguaçu	256.524	186.385	101.330	20.147
Ciudad del Est	223.350	133.881	49.423	7.069
Hernandarias	47.433	28.180	11.139	2.882
Presidente Franco	47.589	31.825	12.637	n.d.
Puerto Iguazu	32.038	27.984	n.d.	n.d.
Total	606.934	408.255	174.529	30.098

Fonte: IBGE. Obs.: No caso das cidades paraguaias (Ciudad del Est, Hernandarias e P. Franco), os dados referem-se aos anos de 1972, 1982, 1992 e 2002 (apud FERRERA LIMA, 2003).

<sup>6</sup> Contagem da população (estimativa da população residente).

municípios de Cascavel, de Santa Tereza do Oeste e de Toledo. O estudo mapeou a espacialidade dessa aglomeração urbana baseado no movimento pendular exercido pela população. Conforme o estudo,

As articulações sociais urbanas presenciadas entre os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense vêm, gradualmente, se tornando mais complexas, imprimindo novos contornos ao sistema regional de cidades. Os fluxos de pessoas entre os diversos distritos situados no Oeste Paranaense estão se ampliando rapidamente à medida que as empresas de transporte coletivo têm implantado novas linhas, a partir de 2000, permitindo, aos habitantes das pequenas localidades, maior acesso aos bens, serviços públicos e privados e empregos ofertados nas principais cidades da Mesorregião, como Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. (REOLON, 2007, p. 6).

Outro autor que trata da aglomeração urbana é Lima (2007), que propõe discutir a questão urbana e regional em nível internacional, requalificando a aglomeração urbana da tríplice fronteira. Para esse autor, Foz do Iguaçu desponta como uma das maiores aglomerações urbanas da região Sul do Brasil. Sua hipótese é a de que o Oeste paranaense pode ser compreendido como um “Estado região” em formação, em conjunto com o leste do Paraguai. O centro urbano dessa região seria a aglomeração urbana da tríplice fronteira.

Sobre o Oeste paranaense, destaca-se também o estudo do Iparde (2008), estudo o qual se direcionou para leituras mais aprofundadas e detalhadas das espacialidades, definindo uma sequência de análises iniciada pelo recorte correspondente a essa região do Estado.

“Última fronteira” de ocupação e expansão da exploração agropecuária, essa porção do Estado reúne indicadores econômicos e institucionais que a situam entre os três espaços de maior relevância do Estado,

sendo uma das regiões onde a complementaridade das atividades produtivas resulta em uma agroindústria dinâmica com importantes impactos regionais, capazes de provocar rearranjos na estrutura fundiária local e na configuração populacional, consolidando uma densa rede de cidades. (IPARDES, 2008, p. 9).

O estudo do Iparde (2008) interage com a pesquisa de Lima (2007) em relação especialmente à posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu. Assegura a essa cidade o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e no estreitamento de vínculos do Paraná (e do Brasil) com os países do Mercosul.

Estudo realizado por Ferrera Lima (2003) mostra que o perfil competitivo da economia da região Oeste do Paraná no Mercosul se deve à forma como foi estruturado seu aparelho produtivo e, principalmente, ao perfil dos custos de produção e de transportes, para colocar suas mercadorias junto aos consumidores dos outros países.

A Tabela 5 apresenta alguns produtos que são produzidos no Brasil, na Argentina e no Paraguai.

O custo de produção de alguns produtos brasileiros chega a ser de 40%, 50% ou

Tabela 5 - Custo de alguns produtos em alguns países do Mercosul (em US\$/Tonelada)

Produto	Brasil	Argentina	Paraguai
Soja	149,07	131,35	173,49
Trigo	169,73	71,40	198,25
Milho	113,56	75,47	99,57
Cebola	102,00	59,02	146,59
Alho	533,39	425,18	-
Algodão	774,00	-	725,33
Carne Bovina	882,99	768,51	-
Frangos	665,34	768,51	-
Suínos	739,21	733,53	771,96

Fonte: (PERONDI, 1997 apud FERRERA LIMA, 2003, p. 183).

60% a mais que o custo da produção de produtos da Argentina e do Paraguai.

Na região Oeste do Paraná esses custos estão mudando, considerando os investimentos industriais no setor de alimentos de carnes. De acordo com o Novo Mapa da Economia (TERRA, 2006), a Cooperativa Agroindustrial - Coopagril gastará, nos próximos anos, R\$160 milhões na ampliação de seu aviário, dobrando a capacidade de frigorífico em Marechal Cândido Rondon, um dos municípios da região Oeste.

Conforme Jandir Ferrera Lima:

[...] a melhoria das condições de competitividade da agropecuária na região em muito depende dos rumos da política agrícola do Governo Federal e das possíveis salvaguardas que venham a ser firmadas junto ao Tratado de Assunção (1991), que instituiu o Mercosul. (FERRERA LIMA, 2003, p. 184).

Para esse autor, a região Oeste do Paraná está próxima a uma área *sui generis* no Cone Sul, que é a região mediterrânea do rio Paraná, que envolve o Nordeste argentino, o Sudeste paraguaio e o Oeste do Estado do Paraná. O que leva a pensar na possibilidade de uma integração intra-Mercosul, alavancada nos municípios da região, principalmente pelos interesses das municipalidades de Corrientes e de Posadas (Argentina), de Ciudad de Leste (Paraguai), de Cascavel e de Foz do Iguaçu (Brasil), cujo Fórum Permanente dos Municípios do Mercosul poderá vir a ser um elemento aglutinador desses interesses.

As possibilidades desta integração da região mediterrânea se acentuarão com a queda total das barreiras alfandegárias, a melhoria na estrutura dos transportes, principalmente no tocante à implementação da hidrovia, aumento da capacidade de escoamento dos ramais ferroviários e rodoviários na região e com a defesa dos seus interesses junto aos centros de decisão do Mercosul. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de um programa binacional de

desenvolvimento fronteiriço, objetivando potencializar a capacidade produtiva, estabelecer novas formas de complementação produtiva e elaborar estratégias conjuntas de comercialização e produção. (FERRERA LIMA, 2003, p.186).

A Argentina e o Brasil são as duas maiores economias do Mercosul, entretanto enfrentam algumas dificuldades nas relações comerciais. A Argentina está impondo algumas barreiras no setor automobilístico e na linha branca (geladeiras, micro-ondas, fogões), pois a livre entrada dos produtos brasileiros está dificultando o crescimento desses setores na Argentina.

Na área agrícola também ocorrem dificuldades de integração, pois os argentinos alegam que o governo brasileiro oferece subsídios aos produtores de açúcar. Desta forma, o produto chegaria ao mercado argentino a um preço muito competitivo, prejudicando o produtor e o comércio argentino.

Em 1999, o Brasil recorreu à OMC (Organização Mundial do Comércio), porque a Argentina estabeleceu barreiras aos tecidos de algodão e lã produzidos no Brasil. No mesmo ano, a Argentina começou a exigir selo de qualidade nos calçados vindos do Brasil. Esta medida visava prejudicar a entrada de calçados brasileiros no mercado argentino.

Já no governo de Cristina Kiechner, industriais argentinos pediram ao governo que “não se deixe pressionar” pelo empresariado brasileiro e continue adotando medidas protecionistas para restringir a entrada no país de produtos fabricados no Brasil. “Sintomática e estrategicamente, o pedido foi realizado antes da partida de um grupo de ministros argentinos, que chega hoje à Brasília para se reunir com representantes do governo brasileiro” (ARGENTINA, 2009).

Essas dificuldades estão sendo discutidas e os governos estão caminhando e

negociando no sentido de superar barreiras e fazer com que o bloco econômico funcione plenamente (sic). De acordo com Beçak (2000 apud Vitte, 2007), numa Tipologia de Regionalismos Transnacionais, o mercado comum, a exemplo do Mercosul, é um passo além da união aduaneira, uma vez que estabelece a livre circulação de trabalhadores, de serviços e de capitais e implica maior coordenação das políticas macroeconômicas, além da harmonização das legislações nacionais (trabalhista, previdenciária, tributária, etc.).

O novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, do Ministério de Integração Nacional, depara-se com desafios estratégicos visando à mudança de mentalidade no tocante às fronteiras, que não podem mais ser entendidas como áreas longínquas e isoladas, e sim como uma região com a singularidade de estimular processos de desenvolvimento e integração regional. Para o governo brasileiro, o desenvolvimento da faixa de fronteira configura-se como importante diretriz da política nacional e internacional. Conforme o programa,

[...] uma das estratégias principais de combate às desigualdades, fortalecimento e viabilidade dos potenciais endógenos e resgate da dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade, o desenvolvimento regional foi definido como prioritário nesse governo. A grande inovação desta política refere-se à abordagem dirigida a espaços sub-regionais, buscando a dinamização econômica e social e a melhoria das condições de cidadania, envolvendo o fortalecimento dos atores locais e o aproveitamento das peculiaridades da organização social e das características produtivas locais<sup>7</sup>. (PROGRAMA, 2008).

<sup>7</sup> O município de Maripá, na região Oeste paranaense, recebeu em janeiro de 2008, do Ministério de Integração Nacional, através do PDFF, R\$ 145 mil para o fortalecimento da orquidocultura, além da aquisição de equipamentos para implantação de laboratório de micropropagação de orquídeas. Neste projeto 260 famílias foram beneficiadas. (PROGRAMA, 2009).

Esse programa prioriza, além da Amazônia e a região central do Brasil, o Mercosul, “visando uma oportunidade de adquirir a competitividade necessária para o desenvolvimento integrado com os países da América do Sul”.

A nova ordem entre os países parece, portanto, ser a formação de blocos econômicos, pois as relações comerciais se dão nessa escala espacial. Num mundo competitivo, sob os auspícios do capitalismo globalizado, o comando do mercado impõe a lógica do modo de produção capitalista, além da vontade dos países subdesenvolvidos em diminuir a dependência política e econômica que possuem com relação aos países avançados.

Se, porém, as diferenças entre países não forem suprimidas por acordos e negociações, por princípios de uma integração regional que estimulem o comércio intraindustrial e o aproveitamento de economias de escala, capacitando as economias para o desenvolvimento e para inserções mais dinâmicas no cenário capitalista global, então estarão em risco os blocos regionais, pois os esses blocos justamente “[...] surgem como uma resposta politicamente organizada à globalização, buscando, através de um compromisso formal entre diversos Estados, assegurar uma maior estabilidade econômica e melhor inserção de seus integrantes nesse novo cenário mundial” (VITTE, 2007, p. 10).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outros temas fortalecem a dinâmica socioespacial dessa região: a territorialidade religiosa na fronteira; território, identidades e migrações; produção histórica do espaço regional; as relações sociedade/natureza e produção do espaço turístico; regionalização turística; políticas públicas de planejamento urbano e regional e seu papel na dinâmica socioespacial da região

Oeste do Paraná; dinâmica territorial do trabalho; a organização das cidades a partir da divisão socioespacial do trabalho e as políticas do agronegócio para fins de compreender seus reflexos no incrudescimento da desigualdade social, no âmbito do espaço regional. São todas realidades desse espaço fronteiriço que discutem as atividades produtivas em sua forma dinâmica de acumulação do capital, através de processos relacionados ao poder sobre o território, sua constituição histórica e sua configuração atual.

A localização dos municípios, que compõem essa região, pressupõe uma lógica de relações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais, articulando-os através de um sistema de objetos e de ações. O estudo dessa região revela alguns eixos transversais representados pela viabilidade de algumas reflexões, que constituem a região de fronteira. E no bojo desta região surge a territorialidade, pensada como “[...] um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço”. (SAQUET, 2007, p.115).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. *Fronteiras, territórios e territorialidades*. In: **Revista Anpege**, nº 2, 2005, p.103-114.
- ARGENTINA *rechaça “Made in Brasil”*. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/s/17022009/25/economia-argentina-rechaça-made-in-brasil.html>>. Acesso em: 17 fev. 2009.
- BEÇAK, P. **Mercosul - uma experiência de integração regional**. São Paulo: Contexto, 2000.
- BECKER, Bertha. *Prefácio*. In: ALBERTIN, Catherine et alii (Orgs.). *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: Orstom, 1988. 250 p.
- CAMPONESES *engrossam cultivo de maconha no Paraguai*. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=859037&tit=>>. Acesso em: 18 fev. 2009.
- CORRÊA, Roberto L. *Posição geográfica de cidades*. In: *Revista Cidades*. V. 1, n. 2, 2004. p.317-323.
- DORFMAN, Adriana. *Por uma geografia dos contrabandistas*. In: **Anais do 12º Encontro de Geógrafos de América Latina**. Montevideo-UY, 3 a 7 de abril de 2009.
- EUA *destacam a prevenção ao terrorismo na fronteira*. Disponível em: <<http://h2foz.com.br/modules/noticias/article.php?storyid=7039>>. Acesso em: 11 mar. 2009.
- FERREIRA LIMA, Jandir. *Integração da região: Paraná, Brasil e Paraguai*. In: PERIS, Alfredo F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**. Cascavel (PR): Edunioeste, 2003. p. 179 - 192.
- FÓRUM *prega comprometimento da sociedade com a segurança*. **Jornal O Presente**, Marechal Cândido Rondon-PR, 27 de março de 2009.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. *Processos planetários e fronteiras móveis*. In: BRANDÃO, Maria A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante - especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008.
- LIMA, Fernando R. F. de. *Aglomeramento urbano da tríplce fronteira: Foz do Iguaçu no contexto do Paraná*. In: **XI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. 21 a 25 de maio de 2007. Belém - PA.
- MACHADO, Lia Osório et alii. **Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira**. 1ª ed. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005, v.1. 450p.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico*. In: **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005. p. 43-47.
- MÜLLER, Karla M. *Espaços conturbados de fronteiras nacionais: “leituras” de jornais locais*. In: **Intexto**, Porto alegre: UFRGS, v. 2, n.13, p.1-16, julho/dezembro 2005.

PERONDI, J. **A agricultura paranaense no Mercosul.** (Monografia de graduação) Toledo (PR). Depto. de Economia. Unioeste, 1997.

**PROGRAMA de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/prioridades.asp?area=spr\\_frenteira](http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/faixa/prioridades.asp?area=spr_frenteira)>. Acesso em 25 nov. 2008.

**PROGRAMA de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira investe R\$ 1,9 milhão no desenvolvimento regional.** Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?id=3075>>. Acesso em 17 mar. 2009.

REOLON, Cleverson A. *A aglomeração urbana da soja: um estudo sobre a gênese de aglomerações urbanas não-metropolitanas no Brasil.* In **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana - Simpurb**, 29/10 a 2/11/2007, Florianópolis-SC.

RÜCKERT, Aldomar A. *A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção.* In: **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais. Universidad de Barcelona.** Vol. XI, n. 245 (66), 1 de agosto de 2007.

SALES, Teresa. *Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul.* In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** Campinas, 13(1), p.87-98, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções do território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Edson Belo C. de. *A (re)produção da região do Lago de Itaipu.* Cascavel, PR: Edunioeste/Coluna do Saber, 2008 (no prelo).

SOUZA, Edson Belo C. de. *Contextualização política da construção da barragem de Itaipu.* In: **Revista Perspectiva Geográfica**, nº 1, p.25-47, 2005.

SOUZA, Edson Belo C. de. **Estado: produção da região do Lago de Itaipu - turismo e crise energética.** Presidente Prudente, SP: Unesp, 2002 (Tese de Doutorado).

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In CASTRO, Iná de et al. (Orgs.): **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TERRA de empreendedores. In: **Revista Estadão. Negócios** (edição especial). Novo Mapa do Brasil. Maio 2006.

VITAL, Nicholas. O homem que aterroriza os brasiguaios. In: **Isto é Dinheiro.** Disponível em: <<https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2008/8/11>>. Acesso em: 3 fev. 2009.

VITTE, Claudete de C. S. e SENHORAS, Elói M. A construção escalar do regionalismo transnacional. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.** Belém, PA, 21 a 25 de maio de 2007.

Recebido em 16/04/2009

Aceito em 27/02/2009